



Relatório e Contas 2020

Índice

7	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
13	Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020
14	Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio (2020)
15	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
16	Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2020
19	Anexo ao Relatório
47	Certificação Legal das Contas Consolidadas
51	Relatório e Parecer do Fiscal Único
55	Certificações
63	Organigrama

Relatório e Contas 2020

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficará para quem o viveu e na história da humanidade como um ano inesperado, imprevisível e disruptivo, a exemplo de outros no passado, que produziu e produzirá impactos na vida de todas as pessoas e entidades. As pessoas e as empresas sofreram e adaptaram-se a situações desconhecidas e imprevistas, tendo de absorver impactos imediatos nas suas actividades e tentando antecipar impactos futuros que esta disrupção colocará. Este efeito não atingiu todos os sectores do mesmo modo, nem dentro de um mesmo sector todas as empresas da mesma forma. No caso da construção, empresas mais expostas à actividade internacional foram mais afetadas pelo desfasamento dos ciclos de confinamento que foram diferentes conforme as geografias de actuação, o que conduziu a reduções contínuas da actividade ao longo do ano. Essa foi a situação da empresa que viu grande parte da sua actividade parada entre Março e Outubro de 2020, conduzindo esta situação a uma redução substancial do volume de negócios e de execução da carteira de encomendas. Perante esta situação, foi decisão dos accionistas colocar como primeira prioridade a manutenção da sua capacidade produtiva intacta e a retenção dos seus colaboradores, na plenitude dos seus direitos, como forma de garantir a capacidade de retomar a actividade prontamente assim que as condições o permitissem. A partir do quarto trimestre de 2020, foi possível recomeçar a actuar nas diferentes geografias e voltar a utilizar a capacidade da empresa, sem, contudo, permitir recuperar o tempo de menor actividade. O impacto desta decisão e dos eventos ocorridos traduziu-se necessariamente num mau resultado do exercício, com uma redução do volume de negócios substancial em relação ao ano anterior e, ao objectivo que a carteira de encomendas detida permitiria alcançar em condições normais. O ano de 2020 foi, pois, um ano extraordinário e atípico que se decidiu encarar como de preparação para a retoma sustentada que se seguirá ao período pós pandemia e para o qual a empresa quer estar preparada. Nem tudo, no entanto, foi negativo no ano que findou, uma vez que, a Seth viu reforçada a intenção do seu principal accionista de a utilizar como instrumento de expansão de negócios do Grupo MTH, resultando desta decisão a inclusão, a partir de Janeiro de 2021, na nova unidade de negócio internacional do Grupo denominada MTHInternational e que vai permitir aceder a um conjunto de instrumentos financeiros que aumentarão a capacidade de actuação da Seth em mercados de países em vias de desenvolvimento, bem como a abertura de novas oportunidades em mercados até agora explorados apenas pelo accionista principal. Foi no mercado internacional e nos mercados Africanos em particular, que se obteve a maior parte do volume de negócios do exercício, representando 58% do total, sendo o mercado de Moçambique o mais importante respondendo por 29% da atividade.

No mercado interno, a contínua política de desinvestimento público manteve o mercado das infraestruturas em valores baixos, ainda que superiores a anos anteriores, tendo sido possível adquirir novas encomendas cujo início foi

retardado pelos efeitos da pandemia, mas que contribuirão positivamente para o negócio em 2021. Esta, que é por vocação a principal área de negócio da empresa, deverá, em resultado dos fundos provenientes dos programas de resposta pós pandemia da EU, ter forte dinâmica nos anos mais próximos e crescente relevância no volume de negócios da empresa.

No mercado externo, as actividades prosseguem nas três áreas de negócio nucleares e distintivas da empresa: Infraestruturas Marítimas, Transmissão de Energia e Geotecnia.

Durante o ano foram desenvolvidos trabalhos em Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A área de Transmissão de Energia e o mercado de Moçambique responderam por 49% do volume de negócios do mercado externo no ano de 2020.

Na área das infraestruturas marítimas, foram executados trabalhos de construção de um cais de descarga de combustíveis na Guiné Bissau e prosseguem trabalhos em Portugal, Angola e Cabo Verde.

ACTUAÇÃO NO MERCADO

Como resultado do aumento de oportunidades no mercado nacional de infraestruturas e, seguindo a actuação indicada, obteve-se, pela primeira vez em muitos anos, importantes adjudicações de obras marítimas no espaço nacional para administrações portuárias dos Açores e de Aveiro, a par de novas adjudicações de infraestruturas de gestão de água, o que aumentará o peso do mercado interno no ano de 2021.

Em relação ao mercado externo, o foco de atuação continuará a centrar-se na procura de novas oportunidades, em conformidade com as especialidades distintivas da empresa: Infraestruturas Marítimas, Transmissão de Energia e Geotecnia. O mercado de Moçambique continuará a ser o mais relevante em termos de atividade. Para além deste, é intenção continuar os esforços comerciais em mercados onde regularmente temos tido atividade, através de parcerias com empresas locais, como seja o caso de Gibraltar, do sul de Espanha e da zona mediterrânica parte da União Europeia. A integração da empresa na unidade de negócio internacional do Grupo e a implementação da estratégia do mesmo de utilizar sinergias entre as participadas, abrirá portas à participação conjunta em projectos em geografias até agora excluídas como o Norte da Europa e o Médio Oriente.

Na prossecução da estratégia a implementar não se exclui a possibilidade de se proceder ao crescimento da actividade pela aquisição de empresas que reforcem as competências nucleares da Seth.

Das obras de maior relevância em execução que transitam para 2021 salientamos:

- Eletrificação Rural de Vilanculos, Lote 3
Dono de obra: E.D.M. (Moçambique)
- Quebra-mar e Cais Porto de Cabinda
Dono de obra: IMPA Instituto Marítimo Portuário Angola (Angola)

- Extensão e Modernização do Porto Inglês, Ilha do Maio.
Dono de Obra: Ministério Infraestruturas (Cabo Verde)
- Reperfilamento do Cais do Porto de Ponta Delgada
Dono de Obra: Portos dos Açores
- Cais Acostável de Navios, Porto de Aveiro
Dono de Obra: Administração Portuária de Aveiro

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

As operações neste mercado foram terminadas, pelo que a sucursal se mantém apenas activa para cumprimento de obrigações legais.

Seth MOÇAMBIQUE

Moçambique continua a ser o principal mercado da empresa, estando a atividade concentrada em trabalhos de eletrificação rural cujo horizonte de projetos identificados se prolonga até 2030. Durante o ano, foram iniciados projectos maioritariamente financiados por entidades multilaterais nas províncias de Inhambane, Maputo, Nampula, Cabo Delgado e Zambézia e foram terminados os projectos EDAP financiados pelo BEI. Apesar da instabilidade criada por actividades subversivas na província de Cabo Delgado, o início efetivo dos trabalhos relacionados com o projecto de LNG do Rovuma fizeram surgir novas oportunidades na zona de Maputo ligadas à construção de infraestruturas marítimas de que se irá participar e se espera vir a executar trabalhos.

O ano de 2021 deverá registar um nível de atividade superior ao de 2020 apesar dos impactos que a pandemia poderá colocar.

Seth GIBRALTAR

Não se tendo concretizado as oportunidades antecipadas foi decidido encerrar a sucursal, o que ocorreu durante o ano. No entanto, mantendo-se atenção à possível realização de trabalhos relacionados com obras marítimas e ligados a projetos de desenvolvimento imobiliário, no porto de Gibraltar, que foram adiados devido à pandemia, poderá voltar-se em breve ao mercado.

Seth CABO VERDE

No último trimestre do ano e uma vez ultrapassados os constrangimentos colocados pela pandemia e pela necessidade de se proceder a alterações relevantes no projecto, foram iniciados pelo consórcio, de que a Seth faz parte (33%), os trabalhos de extensão e modernização do Porto Inglês na Ilha do Maio. Os trabalhos terão uma duração de 18 meses devendo estar, na sua parte mais significativa, concluídos no final deste ano.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, S.A.

Os trabalhos de construção de um Cais e Quebra-mar em Cabinda para o IMPA, em consórcio com a Seth S.A. e a Mota-Engil Angola, como subcontratados da empresa chinesa CGGC, foram afetados no seu desenvolvimento pela pandemia e pelo agravar da situação económica no país. Tal determinou uma paralisação temporária dos

trabalhos entre Março e Outubro de 2020, tendo sido retomados a partir daí. O montante global dos trabalhos foi aumentado pela inclusão de trabalhos adicionais de dragagem já contratualizados com o Estado Angolano e incluídos no decreto especial destinado a projectos considerados prioritários. Os trabalhos serão concluídos no primeiro trimestre de 2022 sendo a parte mais substancial dos mesmos executada durante o ano de 2021. A expectativa da estabilização futura da economia e a maior abertura ao financiamento por multilaterais, abrem excelentes perspectivas a médio prazo para o mercado de Infraestruturas que se equaciona a melhor forma de vir a aproveitar.

A Seth S.A., controla 60% da sociedade.

SETHMOZ, S.A.

A empresa não desenvolveu atividade durante o ano de 2020, tendo se concluído que o interesse na manutenção da estrutura acionista não existia mais. Como tal, a Seth adquiriu as participações detidas pelos restantes acionistas cuja transacção, de valor imaterial, não foi reflectida nas demonstrações financeiras do presente ano, por motivos procedimentais.

A sociedade passou a ser detida a 100% pela Seth.

AGRUPAMENTOS

CONSTRUSALAMONDE, ACE

Os trabalhos foram terminados em 2016, decorrendo o período de garantia.

A Seth tem uma participação de 7,5% no agrupamento.

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011 pelo que se solicitou a receção definitiva dos mesmos. A mesma foi concedida em relação aos cais, existindo uma discussão pendente no que concerne à receção do aterro da doca cuja resolução vai implicar litigação judicial. Foi realizada uma auditoria técnica independente por forma a definir o procedimento judicial a seguir contra o cliente sendo convicção de que haverá provimento.

A participação da Seth é de 37,5%.

AARSLEFF-SETH JV I/S

O consórcio (Joint-venture), constituído pela Seth e pela construtora dinamarquesa Per Aarsleff a/s deu por terminado os trabalhos de execução do contrato Reinforcement and Extension of the *National Power Transmission Grid* (MixCredit) para o cliente Electricidade de Moçambique.

A Joint-venture tem sede em Aabyhoej na Dinamarca e em 2013, ano da sua constituição, foi criada sucursal em Moçambique. A participação de cada empresa na Joint-venture é de 50%.

A conclusão bem-sucedida de negociações com o cliente permitiu encerrar todos os litígios existentes em conjunto com a execução dos trabalhos da Opção 2, última parte do projeto. A empreitada iniciou-se em Abril de 2014 cujo montante global ascendeu a € 122 milhões. Todos os trabalhos foram recepcionados em 2021 ficando apenas pendente, mas excluída da garantia, a recepção em

funcionamento da subestação correspondente a Opção 2, cuja realização está condicionada a eventos que a pandemia tem impedido.

Poderão surgir no âmbito desta associação fornecimentos ao cliente para aproveitamento do financiamento existente em 2022.

A estrutura do consórcio será mínima e mantida para a resolução de possíveis problemas relacionada com o comissionamento em falta.

CMM/SETH ACE

O agrupamento tem como objetivo a realização de obras na base das Lajes, Açores destinadas à Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos da América.

Foi adjudicado o trabalho de reconversão de um edifício denominado T-715 que será executado durante o ano de 2021.

A participação da Seth no agrupamento é de 50%.

QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA - QAS

A empresa implementa de forma sistemática o seu sistema de gestão QAS e no âmbito do acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão Integrado de Qualidade Ambiente e Segurança (SGIQAS) realizaram-se auditorias externas, pela entidade certificadora LUSO AENOR.

O objectivo delineado para 2020, de migração da Norma de Segurança OHSAS 18001: 2007 para o novo referencial normativo ISO 45001:2018, foi inicialmente alargado para 2021 face aos desafios colocados pela pandemia. No entanto, após uma *Gap Analysis* que envolveu a comparação do estado atual do Sistema de Gestão e o estado potencial pretendido, foi considerada necessária a prontidão do Sistema de Gestão para migração, e desta forma foi mantido pela SETH o objetivo inicial de migração em 2020.

Desta forma, a auditoria aos Sistemas de Gestão QAS focalizou-se na verificação da documentação geral dos Sistemas e na deslocação às instalações e obras da empresa, sendo efetuado o acompanhamento dos sistemas Qualidade e Ambiente e verificada a garantia para a migração.

Tratou-se de auditoria de acompanhamento de dois sistemas (qualidade e ambiente) e de migração do sistema de segurança para o novo referencial normativo, sendo assim uma auditoria mais detalhada e com uma duração superior. Potenciado o grau de dificuldade pela pandemia, todos os intervenientes e auditores efetuaram um esforço acrescido para que, mesmo nestas condições adversas, o impacto na realização das mesmas fosse o menor possível. No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora não tendo sido identificadas não conformidades, o que mantém em conformidade os sistemas de Qualidade e Segurança e o sucesso da migração para a nova norma 45001:2018.

Foi ainda registada uma observação e quatro oportunidades de melhoria que, como é habitual, foram incluídas no plano de ações do sistema. As conclusões da auditoria foram, mais uma vez, bastante positivas.

Como pontos fortes observados na auditoria destacam-se:

- Organização do estaleiro;
- Empenho e motivação da equipa de trabalho e das áreas envolvidas;

- Motivação dos colaboradores contactados e o seu envolvimento na melhoria dos Sistemas implementados;
- Disponibilidade e postura construtiva demonstrados por todos os colaboradores contactados no decurso da auditoria, com a disponibilidade para correções no decorrer da mesma;

Durante o ano reforçaram-se as ações de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente os respeitantes às proteções coletivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. A formação tem abrangido os trabalhadores da Seth e subempreiteiros aumentando assim a cultura de segurança nas nossas obras.

Considerando uma visão integrada das atividades que desenvolvemos e do impacto resultante das mesmas, trabalhamos diariamente para melhorar o nosso Desempenho nas três áreas Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) através da aposta na melhoria contínua, em inovação, da dedicação dos nossos colaboradores e de um relacionamento mais próximo com fornecedores, clientes e comunidade.

Índices de Sinistralidade de 2020

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2020 foram de 4,9 no Índice de Frequência- IF (classe qualitativa Muito Bom) e 0,22 no Índice de Gravidade-IG (classe qualitativa Muito Bom). Comparativamente com o ano de 2019 ambos os índices sofreram uma redução (no IF de 30 para 4,9 e IG de 1.8 para 0,22 respetivamente).

I&D

Foi implementada uma plataforma digital de partilha de informação e conhecimento como forma de incentivar a resolução colaborativa de problemas, criando, assim, uma base de recolha e tratamento de dados que permitam evoluir a prazo para a utilização e aplicação futura de outras ferramentas digitais. Utilizou-se, para tal, uma rede aberta social como base na qual se criou uma plataforma de acesso restrito e conteúdo controlado.

Definiu-se também os princípios de uma política de transição digital assente na identificação de processos e operações a digitalizar que serão tratados como projectos individuais e desenvolvidos como tal respeitando o princípio da utilidade e eficiência.

Os efeitos da pandemia e das alterações que os sucessivos confinamentos colocaram nas formas de executar o trabalho levou a fazer investimentos significativos na obtenção de *hardware* e *software* que garantissem que todas as funções que necessitassem de poder trabalhar a partir de casa o pudessem fazer.

A SETH mantém-se associada da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objeto promover a reflexão sobre o setor e a implementação de iniciativas e projetos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

A empresa é associada da FUNDEC-Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitetura, numa parceria entre a universidade e as empresas com o objetivo de potenciar a capacidade de I&D da empresa e complementar a formação contínua dos seus colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social existente na Seth e implementada nas suas atividades rege-se por princípios morais e de ética profissional que salvaguardam o respeito, a integridade e a confiança. A Seth assume o cumprimento de compromissos legais, sociais e morais para com os trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

A Seth assume-se como uma organização socialmente responsável, onde nas tomadas de decisão, valoriza e respeita a comunidade e o ambiente onde opera.

Na sua atividade tem demonstrado o respeito pelos direitos humanos, a preocupação pelas gerações futuras através da aposta no desenvolvimento sustentável, o investimento na valorização pessoal dos colaboradores, a proteção do ambiente, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da nossa sociedade.

Respeito pelo Ambiente

A Política Ambiental da empresa assume que a proteção e conservação do ambiente é uma preocupação, não só pela necessidade de dar resposta às exigências da legislação aplicável mas também por contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Como respeito pela preservação do meio ambiente, a Seth tem implementado nas suas instalações várias medidas de ecoeficiência e deu início à substituição da sua frota automóvel por veículos híbridos. Estão em análise novas medidas de poupança energética a implementar na sede, no estaleiro central e nas obras. Este esforço tem sido, e continuará a ser, particularmente significativo na escolha e compra de equipamentos de elevação e cravação mais eficientes do ponto de vista energético e com menor emissão de gases.

Apoio à comunidade

O nosso conceito de responsabilidade social não se esgota no círculo dos nossos colaboradores, mas estende-se à comunidade envolvente, procurando comprometê-los também nesta relação.

Ao longo dos anos a Seth tem participado, a diversos níveis, em projetos e com instituições de carácter social que desenvolvem ações humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. O conjunto dessas iniciativas de apoio à comunidade, não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, mas sim o objetivo primordial de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar dessas comunidades.

De entre as iniciativas em que participamos de uma forma continuada destacamos:

- **APCA – Associação Portuguesa da Classe Access**

A Seth apoia a associação desportiva **APCA – Associação Portuguesa da Classe Access** (ONGPD – Organização Não Governamental das Pessoas com Deficiência), sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direção técnica do desporto de Vela Classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A SETH patrocina o projeto “SETH Sail” que tem por objetivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

- **Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda**

A **Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda** é uma ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento)

sem fins lucrativos, legalmente reconhecida, que atua em Moçambique (Província de Gaza) desde 2004. A sua estrutura e intervenção têm vindo a crescer e hoje em dia apoia diretamente mais de 900 crianças através do Programa de Apadrinhamento, aprofundando-o com Projetos em áreas como Educação, Infraestruturas, Alívio à Pobreza e Sustentabilidade.

À data deste protocolo, a Seth e a UPG acordaram em dirigir os fundos gerados no âmbito da referida parceria para o cofinanciamento anual do Programa de Alimentação Escolar na escola da Santa Luísa de Marillac (SLM) em Manjangué, Chokwé, Moçambique.

INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS

Em 2020, o volume de negócios totalizou €19.087.666, valor inferior em 39% face ao ano anterior.

O EBIT registado foi de €-822.757. O Resultado Líquido cifrou-se em €-954.866 e a parte atribuída aos detentores do capital da empresa-mãe correspondeu a €-959.852.

O Capital Próprio da empresa era, no final do período, de €9.766.551 cujo montante atribuído a Interesses Minoritários representava €-83.406.

No final do ano, a carteira de encomendas ascendia a €40 milhões.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam aplicados em Resultados Transitados.

ANTEVISÃO 2021 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO

A decisão agora tomada e a redefinição da estratégia do maior acionista, bem como a integração da Seth na mesma, permitirá aceder a oportunidades de crescimento significativo do volume de negócios nos próximos anos.

Antecipamos um volume de negócios de, aproximadamente, € 46 milhões e um EBIT de 4,5% em 2021, tendo em conta que os eventuais impactos decorrentes da situação pandémica serão reduzidos.

Queijas, 23 de Fevereiro de 2021

O Conselho de Administração

Ricardo António Pedrosa Gomes (Presidente)

Martin Stig Solberg

Peter Kofoed

Sofia Mendes

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	5 277 746	5 034 979
Créditos a receber	9	1 234 383	1 101 371
		6 512 129	6 136 350
Activo corrente			
Inventários	8	427 399	103 549
Clientes	9	7 920 522	13 555 186
Estado e outros entes públicos	10	1 255 847	733 628
Outros créditos a receber	11	11 897 605	4 783 245
Diferimentos	12	131 830	101 670
Caixa e depósitos bancários	4	3 283 675	6 096 184
		24 916 879	25 373 462
Total do activo		31 429 008	31 509 812
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	14	801 069	801 069
Outras reservas	15	197 542	197 542
Resultados transitados	16	6 884 004	5 474 092
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(1 156 213)	(910 882)
Resultado Líquido		(959 852)	1 409 912
Total Capital Próprio Atribuído aos Accionistas		9 766 551	10 971 733
Interesses Minoritários	33	(83 406)	(90 178)
Total Capital Próprio		9 683 145	10 881 555
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	722 615	1 832 500
Financiamentos obtidos	19	5 814 942	4 278 082
		6 537 557	6 110 583
Passivo corrente			
Fornecedores	21	3 496 436	3 233 296
Adiantamentos de clientes	22	2 284 375	309 541
Estado e outros entes públicos	10	347 864	592 885
Financiamentos obtidos	19	4 770 021	4 629 817
Outras dívidas a pagar	20	3 373 452	5 128 965
Diferimentos	12	936 157	623 171
		15 208 307	14 517 675
Total do passivo		21 745 863	20 628 257
Total do capital próprio e do passivo		31 429 008	31 509 812

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio (2020)

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1 2.4	4 000 000	801 069	197 542	5 133 799	(862 376)	4 339 004	13 609 037	232 852	13 841 889
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1 289	(48 505)		(47 216)	(43 086)	(90 303)
	2	-	-	-	1 289	(48 505)	-	(47 216)	(43 086)	(90 303)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						1 409 912	1 409 912	(279 943)	1 129 969
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						1 409 912	1 362 696	(279 943)	1 082 753
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições					(4 000 000)			(4 000 000)		(4 000 000)
Outras operações					4 339 004		(4 339 004)	-		-
	5	-	-	-	339 004	-	(4 339 004)	(4 000 000)		(4 000 000)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	4 000 000	801 069	197 542	5 474 092	(910 882)	1 409 912	10 971 733	(90 178)	10 881 555
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	2.4	4 000 000	801 069	197 542	5 474 092	(910 882)	1 409 912	10 971 733	(90 178)	10 881 555
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						(245 331)		(245 331)	1 786	(243 545)
	7	-	-	-	-	(245 331)	-	(245 331)	1 786	(243 545)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(959 852)	(959 852)	4 986	(954 866)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						(959 852)	(1 205 183)	4 986	(1 200 197)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições								-		-
Outras operações					1 409 912		(1 409 912)	-		-
	10	-	-	-	1 409 912	-	(1 409 912)	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	4 000 000	801 069	197 542	6 884 004	(1 156 213)	(959 852)	9 766 551	(83 406)	9 683 145

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	23	19 087 666	31 474 334
Trabalhos para a própria entidade	24	-	7 285
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(4 593 175)	(5 338 726)
Fornecimentos e serviços externos	26	(8 026 715)	(13 995 855)
Gastos com pessoal	27	(6 434 619)	(6 690 539)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/11	143	(88 682)
Provisões (aumentos/reduções)	18	313 484	(1 890 578)
Imparidade de Investimentos não depreciáveis /amortizáveis (perdas / reversões)	8	-	(445)
Outros Rendimentos	28	1 087 400	1 674 726
Outros gastos	29	(1 430 586)	(2 146 685)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 598	3 004 835
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(886 354)	(1 026 663)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(882 757)	1 978 172
Juros e rendimentos similares obtidos	30	178 166	3 167
Juros e gastos similares suportados	31	(150 435)	(212 693)
Resultado antes de impostos		(855 026)	1 768 646
Imposto sobre o rendimento do período	7	(99 840)	(638 677)
Resultado Líquido do período		(954 866)	1 129 969
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:	33		
Detentores do capital da empresa-mãe		(959 852)	1 409 912
Interesses minoritários		4 986	(279 943)
Resultado por acção básico		(0,24)	0,28

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

(PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2020)

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2020	Período 31 Dez 2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais	4		
Recebimentos de clientes		17 655 434	37 301 819
Pagamentos a fornecedores		(13 778 046)	(20 123 893)
Pagamentos ao pessoal		(6 431 245)	(6 640 263)
Caixa gerada pelas operações		(2 553 858)	(10 537 663)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(582 645)	(656 480)
Outros recebimentos/pagamentos		(627 667)	(671 951)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(3 764 169)	9 209 232
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1 000 615)	(237 554)
Investimentos Financeiros		121 090	42 980
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		200 818	167 209
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Activos		-	-
Juros e rendimentos similares		175 112	1 990
Dividendos		37 567	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(466 028)	(25 375)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 869 293	4 580 296
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 301 170)	(6 096 928)
Juros e gastos similares		(150 435)	(212 693)
Dividendos		0	(4 000 000)
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 417 688	(5 729 324)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(2 812 509)	3 454 533
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 096 184	2 641 652
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 283 675	6 096 184

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Anexo

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17/03/1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o anexo consolidado, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 23 de Fevereiro de 2021.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Hojgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

As Demonstrações Financeiras da empresa mãe podem ser consultadas no site www.mth.com.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras consolidadas da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015, Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) – Aviso nº 8256/2015, Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 e Estrutura Conceptual – Aviso nº 8254/2015.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2020 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2019.

Estas Demonstrações Financeiras são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As empresas incluídas na consolidação, são:

Subsidiárias

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, n.º 5, 6.º - apt 61, Kinaxixi – Luanda – ANGOLA

Parte de capital detido pela SETH – 60%

SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.

Praça dos Trabalhadores, n.º 50, 5.º andar – Maputo - MOÇAMBIQUE

Parte de capital detido pela SETH – 60%

Empreendimentos Conjuntos

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

Aarsleff – SETH JV I/S

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj - DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

CMM/SETH, ACE

Rua do Hospital, s/n, Santa Rita, PRAIA DA VITÓRIA

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico ou do justo valor.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e

julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) *Princípios de consolidação*

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de

câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial ou através da aplicação do método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

b) *Activos fixos tangíveis*

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que

se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

c) *Locações*

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) *Participações financeiras*

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é apresentado separadamente da quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* é realizada em 10 anos, caso não seja determinada a sua vida útil.

O *goodwill* é testado quando existirem indícios de que o mesmo possa estar em imparidade. A aferição desses indícios é efectuada numa base anual. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados

da associada do período em que o investimento é adquirido.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método da equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, são relevadas por contrapartida de reservas.

O *goodwill* gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

e) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo. O Grupo encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 9% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Imposto sobre o rendimento - diferidos

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017 é de 5 anos. Para os exercícios de 2014 a 2016 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de doze anos de tributação.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas englobadas na consolidação desenvolvem a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

f) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

g) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas

ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

h) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

i) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos

financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

		Taxas em Dezembro 2020	Taxas em Dezembro 2019
Moeda		Câmbio Fecho	Câmbio Fecho
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,2271	1,1234
Libra Esterlina	GBP	0,9016	0,8508
Kuanza	AKZ	797,1291	536,2617
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,265	110,265
Metical de Moçambique	MZN	91,05	68,7

k) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

São reconhecidas provisões quando:

O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

l) Provisões para contratos onerosos

O Grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

m) Activos e passivos contingentes

Um activo ou passivo contingente é um possível activo ou passivo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

O Grupo não reconhece activos e passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

n) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

o) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respectivamente com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto.

O desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

p) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de *swap* ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

q) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 23 de Fevereiro de 2021, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 35.

r) Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O Grupo mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

s) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

t) Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação. Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;

Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma

exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No

entanto, é convicção do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções do Grupo, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- Uso esperado do activo;
- Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do Grupo situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2020, a carteira de obras totalizava cerca de Euros 40 milhões.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como

actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2020 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Caixa		
Caixa Sede	1 378	2 648
Caixa Obras	12 924	24 346
Caixa Sucursais	7 760	13 000
Caixa ACEs / Subsidiárias	6 205	15 731
	28 267	55 724
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	99 740	72 611
Bancos Sucursais	511 732	533 435
Bancos ACEs / subsidiárias	2 643 936	5 434 415
	3 255 408	6 040 460
	-	-
Total:	3 283 675	6 096 184

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não procedeu a alterações nas políticas contabilísticas ou nas estimativas contabilísticas nem registou correcções por erros.

6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	3 404 797
Equipamento básico	12 890 506	12 278 304
Equipamento de transporte	2 571 072	2 394 859
Equipamento administrativo	1 612 675	1 640 304
Outros activos fixos tangíveis	80 962	59 739
	21 634 634	20 852 624
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(886 354)	(1 026 663)
Alienações do período	347 112	434 509
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(15 817 646)	(15 225 492)
	(16 356 888)	(15 817 646)
Valor líquido contabilístico:	5 277 746	5 034 979

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2020 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Saldo final
Valor bruto:				
Terrenos e recursos naturais	1 074 621			1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797			3 404 797
Equipamento básico	12 278 304	766 264	(154 061)	12 890 506
Equipamento de transporte	2 394 859	304 134	(127 921)	2 571 072
Equipamento administrativo	1 640 304	58 512	(86 141)	1 612 675
Outros activos fixos tangíveis	59 739	21 223		80 962
	20 852 624	1 150 132	(368 122)	21 634 633
Depreciação acumulada e imparidade				
Edifícios e outras construções	(1 834 869)	(78 185)		(1 913 054)
Equipamento básico	(10 254 428)	(652 438)	97 452	(10 809 415)
Equipamento de transporte	(2 088 822)	(104 972)	165 110	(2 028 685)
Equipamento administrativo	(1 587 193)	(50 017)	84 551	(1 552 658)
Outros activos fixos tangíveis	(52 334)	(742)		(53 076)
	(15 817 646)	(886 354)	347 113	(16 356 887)
Valor líquido contabilístico:	5 034 979			5 277 746

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2019 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Transferências	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	1 074 621				1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797				3 404 797
Equipamento básico	12 330 542	174 310	(226 548)		12 278 304
Equipamento de transporte	2 608 195	72 507	(285 843)		2 394 859
Equipamento administrativo	1 651 469	11 441	(22 606)		1 640 304
Outros activos fixos tangíveis	56 375	3 364			59 739
Investimentos em Curso	16 306		(16 306)	-	-
	21 142 305	261 622	(551 303)	-	20 852 624
Depreciação acumulada e imparidade					
Edifícios e outras construções	(1 741 032)	(93 836)			(1 834 869)
Equipamento básico	(9 792 547)	(705 931)	244 051		(10 254 428)
Equipamento de transporte	(2 097 015)	(172 094)	180 287		(2 088 822)
Equipamento administrativo	(1 543 499)	(53 866)	10 172		(1 587 193)
Outros activos fixos tangíveis	(51 399)	(935)			(52 334)
	(15 225 492)	(1 026 663)	434 509	-	(15 817 646)
Valor líquido contabilístico:	5 916 813				5 034 979

As principais adições do período de 2020 referem-se à aquisição de equipamento básico, sendo o mais significativo uma Grua Grove, uma Pá Carregadora Volvo e uma Escavadora Komatsu, de equipamento de transporte consistindo em duas viaturas ligeiras de passageiros e uma viatura ligeira de mercadorias.

Do activo fixo tangível constante neste quadro, encontra-se mobilizado para a nossa obra em Angola diverso equipamento com o valor de Euro 2 576 773,47.

O montante registado na rubrica de alienações deve-se na sua maioria a viaturas ligeiras na nossa delegação dos Açores e a equipamento básico e de transporte do Empreendimento Conjunto Aarsleff – SETH JV I/S.

À data de 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Equipamento básico	375 000	(8 925)	366 075	1 355 925	(727 846)	628 080
Equipamento de transporte	33 500	(1 397)	32 103			-
Total:	408 500	(10 322)	398 178	1 355 925	(727 846)	628 080

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	272 092	2 150	274 241	170 663	1 021	171 684
Entre um e cinco anos	20 487	243	20 730			-
Mais de cinco anos						
Total:	292 579	2 393	294 971	170 663	1 021	171 684

7 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2020	2019
Imposto corrente	(99 840)	(638 677)
	(99 840)	(638 677)

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos.

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Resultados antes de impostos	855 026	1.768.646
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
Imposto esperado	192 381	397.945
Diferenças entre resultado contabilístico e fiscal		
Diferenças temporárias		
Método de equivalência patrimonial	(42 224)	245.960
Imparidades do período não aceites		
Provisões não dedutíveis		
Lucro fiscal imputado por ACE	35 496	24.149
Imparidades tributadas		
Provisões tributadas		36.903
Outras	242 711	89.444
Interesses Minoritários	(4 986)	279.943
Lucro tributável/ (Prejuízo fiscal)	1 086 023	2.445.045
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores		
Imposto calculado		507.261
Ajustamentos à colecta	80 142	130.308
Diferenças de taxa de imposto - Sucursais	19 698	1.109
Diferenças de taxa de imposto - Subsidiárias		
Imposto sobre o rendimento do exercício - a pagar/ (a receber)	(41 507)	638.677
Imposto corrente - gasto/ (rendimento)	99 840	638.677
	99 840	638.677
Taxa efectiva de imposto	11,7%	36,1%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

8 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	427 399	103 549
Valor líquido contabilístico:	427 399	103 549

A variação da rubrica inventários resulta do reconhecimento de EUR 278.318,70 de mercadorias em trânsito das nossas Sucursais de Moçambique e Cabo Verde.

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euro 4.593.175 (2019: Euro 5.338.726), conforme nota 25.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	8 518 724	14 195 889
Empresas subsidiárias	2 858	92 377
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		3 490
	8 521 582	14 291 756
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	135 510	(51 780)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(736 570)	(684 790)
	(601 060)	(736 570)
Valor líquido contabilístico:	7 920 522	13 555 186

Na rubrica de Créditos a Receber – Não Corrente, é apresentado a 31 de Dezembro de 2020 um saldo que ascende a Euro 1.234.383 (2019: Euro 1.101.371) referente a retenções de garantia de clientes título de garantia contratual, cujos 84% respeitam ao contrato em execução pela Joint venture Aarsleff-Seth. A variação registada resulta da retenção de garantia do cliente da Sucursal de Cabo Verde.

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual cujo prazo de libertação das garantias situa-se entre 1 a 10 anos.

Os movimentos das perdas por imparidade de 2020 são analisados como segue:

(valores em euros)				
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(736 570)		135 510	(601 060)
Total:	(736 570)	-	135 510	(601 060)

Os movimentos das perdas por imparidade de 2019 são analisados como segue:

(valores em euros)				
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(684 790)	(51 780)		(736 570)
Total:	(684 790)	(51 780)	-	(736 570)

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente de 2020 apresenta-se como segue:

(valores em euros)									
Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Clientes	2 145 878	92 054	2 371 089	1 514 296	472 420	1 035 049	44 829	244 907	7 920 521

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente de 2019 apresenta-se como segue:

(valores em euros)									
Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Clientes	5 762 014	661 749	524 845	2 830 562	1 925 834	1 388 081	17 600	444 503	13 555 186

10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Activo		
IVA reembolsos pedidos	192 099	80 478
IVA a recuperar	110 866	6 339
Imposto sobre o rendimento	282 103	
Outros impostos	24 283	19 516
IVA a recuperar (Sucursais)	557 588	498 259
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	34 420	75 616
IVA a recuperar (Outras sociedades)	22 508	19 986
Imposto sobre o rendimento (Outras sociedades)	31 979	33 435
Total:	1 255 847	733 628
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		200 651
Contribuições para a Segurança Social	106 174	97 293
Retenções de imposto sobre o rendimento	77 049	63 807
Outros impostos		
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	157 006	221 892
Contribuições para a Segurança Social (Sucursais)	2 021	2 634
Outras tributações (Sucursais)	2 887	5 250
IVA a pagar (Outras sociedades)		
Contribuições para a Segurança Social (Outras sociedades)	922	673
Outras tributações (Outras sociedades)	1 805	686
Total:	347 864	592 885

11 Outros créditos a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Valor Bruto:		
Adiantamento a Fornecedores	760 096	110 196
Outros devedores	1 359 405	1 379 962
Grau Acabamento	9 559 914	3 637 218
Outros acréscimos rendimentos	571 070	38 646
	12 250 485	5 166 022
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	29 898	(36 903)
Imparidade de períodos anteriores	(382 777)	(345 875)
	(352 879)	(382 777)
Valor líquido contabilístico:	11 897 605	4 783 245

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, conforme respectivos autos de medição dos gastos incorridos e para as quais não foi emitida a respectiva factura.

Obra	Grau Acabamento €
Vilanculos lot 3, EDM	732 827
66KV line improv Lot1 DL2,Lot 2 DL13/14, EDM	435 291
Porto Ilha de Maio, Cabo Verde	812 200
6.6 kV OHL, Mavuzi	2 065
PERIP Lot4, Maputo	13 261
Quay and Breakwater Cabinda	4 169 813
Quay, Porto Aveiro	1 478 824
Microestacas Hotel Sta. Apolónia	13 108
Infraestruturas Armação de Pêra	4 101
Escadas e Defensas Ponte Cais 2	343
Nova Reserva do Barlavento, Lagos	1 435
Passadiços Praia de Cabanas, Tavira	789
Mozambique Power Grid	1 895 856
Total:	9 559 914

12 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2020	31-12-2019
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros liquidados	62 686	58 625
Outros gastos a reconhecer	69 144	43 045
Total:	131 830	101 670
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Grau de Acabamento	886 242	301 694
Juros	41 219	321 477
Garantia de Obras	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	8 697	-
Total:	936 157	623 171

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente.

Obra	Grau Acabamento €
Piling, Prior Velho	94 147
Cais -10m (ZH), Ponta Delgada	266 153
Postos Adm Zambezia,Nampula CDelgad	525 942
Total:	886 242

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

13 Capital subscrito

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2020.

14 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

15 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Outras Reservas	(197 542)	(197 542)
Total:	(197 542)	(197 542)

O saldo compreende quer a rubrica de Excedentes de valorização quer Ajustamentos cambiais havidos com as sucursais.

16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados deveu-se à aplicação do resultado líquido do período de 2019 no montante da Euro 1.409.912.

17 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(1 156 213)	(910 882)
Total:	(1 156 213)	(910 882)

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

18 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Contratos onerosos	-			-
Garantias a clientes	-			-
Impostos	270 000		(1 109 885)	270 000
Outros	1 562 500			452 615
Total:	1 832 500	-	(1 109 885)	722 615

Outras provisões refere-se à provisão criada para o período de garantia do Projecto da Aarsleff-SETH JV.

À data de 31 de Dezembro de 2020 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração, atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações e impugnações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A provisão para Impostos está relacionada com o contencioso fiscal na Argélia.

A 31 de Dezembro de 2020 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	11 749 502	13 572 398
- Propostas a Concursos		
- Serviços adquiridos	62 422	62 422
- Judicial	1 853 660	1 853 660
Total:	13 665 585	15 488 481

As garantias bancárias no montante de Euro 1.853.660 são referentes aos processos judiciais descritos acima.

A empresa não prevê a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

19 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 794 455	199 582
Locações financeiras	20 487	
Suprimentos	4 000 000	4 078 500
	5 814 942	4 278 082
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 251 500	567 493
Factoring		460 933
Outras facilidades de crédito	678 155	1 012 443
Descobertos bancários	2 537 834	2 418 285
Locações financeiras	272 092	170 663
Suprimentos	30 441	
	4 770 021	4 629 817
Total:	10 584 964	8 907 900

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos contraídos junto do Novo Banco e CGD, com maturidade até 2022 e o recurso às linhas de crédito Covid-19 junto do Santander Totta e Millennium BCP.

Na rubrica outras facilidades de crédito está registado o instrumento de financiamento *Confirming on time* do Millennium BCP.

Em 2019 foram constituídos suprimentos cujo reembolso previsto será em 2022.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos/Descobertos bancários/Factoring		
Até 1 ano	4 467 489	4 459 154
De 1 a 5 anos	1 794 455	199 582
A mais de 5 anos		
	6 261 944	4 658 736
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	272 092	170 663
De 1 a 5 anos	20 487	
A mais de 5 anos		
	292 579	170 663
Suprimentos		
Até 1 ano	30 441	78 500
De 1 a 5 anos	4 000 000	4 000 000
A mais de 5 anos		
	4 030 441	4 078 500
Total:	10 584 964	8 907 900

À data de 31 de Dezembro de 2020 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2021	2022	2023	2024	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras					
Empréstimos/Descobertos bancários/Factoring	4 467 489	822 789	721 667	250 000	6 261 945
Locações financeiras	272 092	11 271	9 215		292 579
Suprimentos	30 441	4 000 000			4 030 441
Total:	4 770 021	4 834 060	730 882	250 000	10 584 964

20 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Corrente		
Remunerações a liquidar	785 685	755 504
Credores por acréscimo gastos	184 500	648 828
Outros credores	2 403 266	3 724 634
Total:	3 373 452	5 128 965

A rubrica de Outros Credores inclui adiantamento de cedência de equipamento em Angola não recebido (EUR 2.049.880).

21 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c		
Gerais	3 494 726	3 231 428
Empresas subsidiárias	1 710	1 867
Total:	3 496 436	3 233 296

22 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Clientes Gerais	2 284 375	309 541
Total:	2 284 375	309 541

Do saldo apresentado 67% respeita a adiantamentos efectuados pelo cliente Electricidade de Moçambique e os restantes 33% ao adiantamento efectuado pelo cliente MIOTH.

23 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2020	2019
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	18 660 724	31 040 823
Serviços secundários	426 942	433 510
Total:	19 087 666	31 474 334

As principais obras, para o período de 2020, são como segue:

(valores em euros)

Obra	2020	2019
Cais acostável, Aveiro	4 736 273	
Duques d'Alba, Guiné-Bissau	2 297 972	5 304 173
Cais, Cabinda	2 126 267	2 838 779
EDAP	1 863 972	5 123 595
Mozambique Power Grid	1 340 761	8 876 759
Porto Ilha de Maio, Cabo Verde	1 300 960	
Electrificação Alto Lingonha	1 031 882	
Cais -10m (ZH), Ponta Delgada	920 180	
Vilanculos Lote 3	917 897	
Terminal solventes, SAPEC Setúbal	508 703	793 692
Cais de Espera Tua-Valeira	144 376	245 869
Anti-vehicle barrier, Lajes field US Airforce	48 524	329 380
Microestacas Edif.D.Luís	18 711	338 717
Infulene-Matola 66 kV line		30 207
Reserva, Quinta do Lago		3 741 757
Linha 33 kV Nhamapaza		822 396
Armazém Sapec Química, Setúbal		993 358
Cais, Ilha de Tavira		241 251
Outras	1 831 191	1 794 399
Total:	19 087 666	31 474 334

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma por área geográfica:

(valores em euros)

Área Geográfica	2020	2019
Portugal	7 917 357	8 478 424
Moçambique	5 445 111	14 852 958
Guiné-Bissau	2 297 972	5 304 173
Angola	2 126 267	2 838 779
Cabo Verde	1 300 960	-
Total:	19 087 666	31 474 334

24 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2020	2019
Activos fixos tangíveis		7 285
Total:	-	7 285

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Saldo inicial (+)	103 549	103 110
Compras (+)	4 917 025	5 339 164
Regularizações (+/-)		
Saldo final (-)	427 399	103 549
CMVMC	(4 593 175)	(5 338 726)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

		(valores em euros)	
Descrição	2020	2019	
Subcontratos	2 796 680	7 849 819	
	2 796 680	7 849 819	
Serviços especializados:			
Trabalhos especializados	1 675 578	1 518 513	
Conservação e reparação	495 722	503 910	
Honorários	32 155	36 972	
Vigilância e segurança	148 846	113 439	
Publicidade e propaganda	5 149	4 996	
Outros	700	5 400	
	2 358 151	2 183 230	
Materiais:			
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	98 486	93 953	
Material de escritório	67 145	24 391	
Artigos para oferta	7 435		
Livros e documentação técnica	4 979	2 098	
Outros	3 111	2 178	
	181 156	122 619	
Energia e fluidos:			
Combustíveis	356 209	443 138	
Electricidade	48 956	49 886	
Água	18 592	21 334	
Outros	31 080	40 853	
	454 837	555 211	
Deslocações, estadas e transportes:			
Transportes de mercadorias	609 391	577 222	
Deslocações e estadas	477 976	551 206	
Transportes de pessoal	1 289	2 076	
	1 088 657	1 130 504	
Serviços diversos:			
Rendas e alugueres	1 736 852	984 201	
Seguros	286 879	238 602	
Comunicação	59 119	71 872	
Limpeza, higiene e conforto	83 445	87 675	
Despesas de representação	26 870	29 742	
Contencioso e notariado	2 250	14 555	
Outros serviços	(1 048 181)	727 825	
	1 147 234	2 154 472	
Total:	8 026 715	13 955 855	

As variações mais significativas ocorreram nas rubricas subcontratos, rendas e alugueres e outros serviços. A variação negativa da rubrica de subcontratos está relacionada com a conclusão das obras Apartments, Quinta do Lago e o Armazém da SAPEC Química. A variação positiva na rubrica de rendas e alugueres deve-se ao aluguer de equipamento básico para a obra do Cais Acostável de Aveiro. Na rubrica outros serviços foi registada a anulação dos custos assumidos no exercício de 2020 pela Joint Venture Aarsleff-SETH JV por contrapartida da reversão da provisão criada em 2019, tal como é apresentado na nota 18.

27 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	445 702	502 927
Remunerações do pessoal	4 909 152	5 169 284
Encargos sobre remunerações	881 476	850 810
Indemnizações	11 608	3 715
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	87 026	78 303
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	99 654	85 500
Total:	6 434 619	6 690 539

O detalhe dos trabalhadores em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, em Portugal e Moçambique, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	7	7
Quadros superiores	14	14
Quadros médios	19	16
Chefias intermédias	25	27
Profissionais altamente qualificados	8	8
Profissionais qualificados	98	114
Profissionais semi-qualificados	44	60
Profissionais não qualificados	67	26
Total:	284	274

No final de 2020 a Sucursal Moçambique tinha contratados 154 trabalhadores enquanto em 2019 o número ascendia a 124. A Sucursal Cabo Verde tinha contratados 4 trabalhadores em 2020.

28 Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Rendimentos suplementares	466 644	206 609
Restantes activos financeiros	368 506	1 164 654
Investimentos não financeiros	174 160	93 247
Ganhos em inventários		
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 108	5
Outros	73 982	210 211
Total:	1 087 400	1 674 726

A 31 de Dezembro de 2020 a cedência de mão-de-obra ao ACE Aarsleff-SETH JV representa cerca de 50% da rubrica rendimentos suplementares, o restante valor é justificado pela exportação de materiais para a Sucursal em Cabo Verde. A rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período.

29 Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2020	2019
Comissões e serviços bancários	453 092	381 737
Impostos	137 222	355 500
Investimentos não financeiros		
Dívidas incobráveis		
Diferenças cambiais	784 095	1 219 315
Outros	56 178	190 133
Total:	1 430 586	2 146 685

30 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2020	2019
Juros obtidos	178 166	3 167
Outros rendimentos similares	-	-
Total:	178 166	3 167

31 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2020	2019
Juros suportados	150 435	212 693
Total:	150 435	212 693

Os juros suportados estão relacionados com os financiamentos obtidos mencionados na nota 19.

32 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a estrutura accionista da Empresa, é como segue:

(número de acções)

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
MT Hojgaard a/s	2 400 000	2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	1 600 000
Total:	4 000 000	4 000 000

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Activos		
Subsidiárias	160 912	150 344
Associadas		
Empreendimentos conjuntos	1 333	81 990
Eng. Ricardo Gomes	114 040	128 547
Total:	276 285	360 882
Passivos		
Subsidiárias	9 745	3 130
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		35 917
MT Hojgaard a/s	2 400 000	2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	1 600 000
Total:	4 009 745	4 039 047

Registamos como rendimento em 2020 o montante de EUR 34.462 relativo a transacções realizadas com os empreendimentos conjuntos.

33 Interesses Minoritários

Os saldos relativos aos interesses minoritários registados nas demonstrações financeiras são analisados como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2019	31-12-2019
Resultado líquido do período		
SethAngola, S.A.	11 166	(271 377)
SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.	(6 180)	(8 566)
Total:	4 986	(279 943)
Ajustamentos Capitaís Próprios		
SethAngola, S.A.	39 585	326 947
SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.	38 836	43 175
Total:	78 420	370 122
Total:	83 406	90 1478

34 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

Descrição	(valores em euros)		
	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Reconhecidos
Gastos	23 175 073	16 144 100	
Rendimentos/Rédito	32 014 240	18 221 937	(6 777 816)
			39 319 173
			43 458 361

35 Acontecimentos após a data de balanço

No último trimestre de 2020, foi acordada a compra das acções correspondentes a 40% do capital social da SethMoz pela SETH, passando a única accionista daquela sociedade.

A transacção não está reflectida nas demonstrações financeiras a 31/12/2020 pelo facto de os formalismos subsequentes terem ocorrido após aquela data.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 23 de Fevereiro de 2020.

36 Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários assumidos em 2019 relativos ao Revisores Oficiais de Contas foram de EUR 34.490, sendo para 2020 de EUR 34.885.

O Conselho de Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Martin Stig Solberg
Peter Kofoed
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada

Bárbara Themudo

Certificação Legal de Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 31.429.008 euros e um total de capital próprio de 9.683.145 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 959.852 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Chamamos a atenção para as divulgações incluídas no Capítulo Introdutório do Relatório de Gestão a respeito das incertezas decorrentes da pandemia Covid-19 e dos impactos registados nas demonstrações financeiras. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC nº 1607)
Registado na CMVM com o nº 20161217

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 conjugado com o n.º 1 do artº. 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas individuais e consolidados;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas individuais, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a sociedade é a empresa-mãe;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e colaboradores da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas individuais, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foram emitidas, nesta data, as correspondentes Certificações Legais das Contas sobre as contas individuais e consolidadas, ambas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. nos termos do artigo 420º conjugado com o n.º 1 do artº. 508-D do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2020 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 31 de dezembro de 2020 satisfazem os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos;
- (d) O Balanço, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 24 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)

Representada por:
Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC n.º 1607)
Registado na CMVM com o nº 20161217

Certificações

AENOR

Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade



ER-0292/2018

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de gestão da qualidade conforme com a norma ISO 9001:2015

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2018-05-17
Data da última emissão: 2018-08-31
Data de validade: 2021-08-31

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

Certificado transferido. Data de emissão do certificado da entidade de certificação acreditada: 2016-01-25

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

AENOR

Certificado do Sistema de Gestão Ambiental



GA-2018/0140

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de gestão ambiental conforme com a norma ISO 14001:2015

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2018-05-17
Data da última emissão: 2018-08-31
Data de validade: 2021-08-31

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

Certificado transferido. Data de emissão do certificado da entidade de certificação acreditada: 2015-09-01

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

AENOR

Certificado do Sistema de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho



SST-0075/2018

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho conforme com a norma ISO 45001:2018

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2021-02-08
Data de validade: 2021-09-10

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

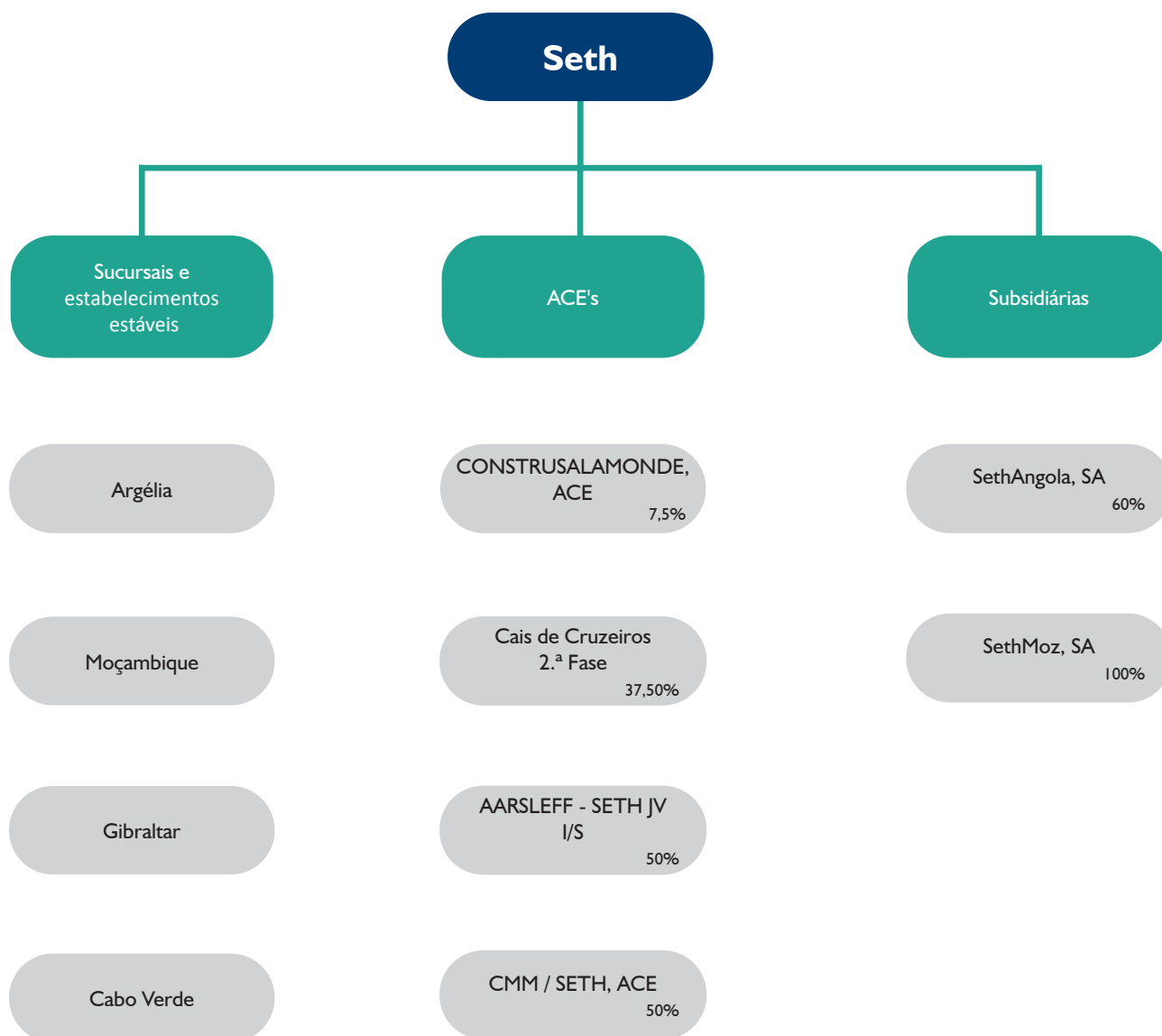
O titular deste certificado possuiu certificação acreditada de acordo com a OHSAS 18001 desde: 2018-06-01

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

Organigrama





SETH – RELATÓRIO E CONTAS 2020

Ficha Técnica

Coordenação – Inácio Beirão

Textos – Seth

Tradução inglês – Peter Ingham + Seth (SM)

Designer/Paginação – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)

Foto da capa: Cais Acostável de Navios no Porto de Aveiro (Obra em curso, Iniciada em 2020)

Paginação e pré-impressão – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)



Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS – Portugal
Tel.: +(351) 21 943 14 79
Fax: +(351) 21 943 15 18
seth@seth.pt

ALVARÁ N.º 5
NIPC 500 257 760

www.seth.pt

